INSERÇÃO DOS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Oficina de Trabalho – São Paulo

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada à fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Realização: Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra

URL: http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm

Apoio:

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

Conselho Nacional de Imigração | CNIg

Coordenação Geral de Imigração - CGIg

CEPPAC Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas

UnB

Sumário

Programação da Oficina 4
Mesa de Abertura: Palavras de Boas Vindas 5
Mesa 2: Painel Expositivo: Diagnóstico da Realidade Local – Sessão de Perguntas e Respostas. 5
Grupos de Trabalho - Resultados 8
GRUPO 1 – DOCUMENTAÇÃO 8
Principais tópicos discutidos:..... 8
GRUPO 2 – INTERMEDIAÇÃO 9
GRUPO 3 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL 10
GRUPO 04 – PROTEÇÃO 12

Apresentação: Oficina de Trabalho

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg/MTE) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo organizaram a **I Oficina de Trabalho sobre Protocolos de Atendimento aos Imigrantes e Inserção no Mercado de Trabalho**. O evento visou debater e propor medidas para o aprimoramento e/ou adequação dos protocolos de atendimento que vêm sendo utilizados nos serviços de intermediação de mão de obra junto a imigrantes nos municípios que apresentem grandes fluxos migratórios de entrada.

A edição na cidade de São Paulo foi a primeira de um ciclo mais amplo de oficinas, o qual será realizado em parceria com a **Organização Internacional para as Migrações** (OIM) e o **Observatório das Migrações Internacionais** (OBMigra).

Essa oficina foi realizada no dia 29 de Outubro 2014, horário das 10h00 às 17h00, no local: Incubadora de Projetos, Rua Otto Alencar, 270, Cambuci. E a participação no evento foi aberta ao público em geral.

Programação da Oficina

Início – Palavras de Boas Vindas

10h20 – Painel Expositivo: Diagnóstico da Realidade Local

– Sessão de Perguntas e Respostas

12h00 – Almoço

14h00 – Apresentação e Divisão dos Grupos de Trabalho por eixos temáticos:

1) Documentação

2) Intermediação

3) Qualificação

4) Proteção

16h30 – Apresentação dos Trabalhos em Grupo

17h30 – Encerramento e Encaminhamentos

Mesa de Abertura: Palavras de Boas Vindas

A primeira mesa foi uma mesa de boas vindas aos presentes, ressaltando a importância do evento para a construção de políticas migratórias na cidade de São Paulo e no Brasil.

A mesa foi composta pelos senhores: Paulo Sérgio de Almeida (CNIg), Antônio Medeiros (SRTE/SP), Rogério Sottili (SMDH), Arthur Henrique (SDTE), Ezequiel Texidó (OIM) e Laís Abramo (OIT).

Os palestrantes ressaltaram o Brasil como país de imigração nos últimos anos, a necessidade da questão migrante ser uma política central para questão de direitos humanos e de direito do trabalho. Ainda, foi exposto a necessidade da articulação e o compartilhamento de responsabilidades entre municípios, estados e União na questão migratória, além de observarem a necessidade de uma alteração legislativa.

Em suma, a mesa de abertura do evento expôs os desafios para o tema no Brasil:

1. Regular a migração para que seja uma força produtiva agregadora para o Brasil e para os que migram,
2. Incentivar e fomentar a geração de renda dos migrantes,
3. Possibilitar aos migrantes o desenvolvimento da cidadania plena.

A presente oficina, então, buscou a observação de boas práticas para contribuir com as políticas públicas voltadas para a população migrante.

Mesa 2: Painel Expositivo: Diagnóstico da Realidade Local – Sessão de Perguntas e Respostas.

O Segundo painel expôs primeiramente as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador migrante, especialmente na cidade de São Paulo. Depois, sistematizou algumas propostas para serem discutidas nos grupos de trabalho e apontaram exemplos de avanços na temática na área de cada um dos palestrantes. Participaram do segundo painel os senhores Robson Thomaz (SINE), Duval Magalhães (PUC-MG), Paulo Parise (Missão Paz), Paulo Illes (CPMIg), Denísio Carvalho (Empregador Eletropaulo), Emiliano (Trabalhador Migrante - Eletropaulo), Atílio Machado Peppe (SRTE-SP).

Segundo Paulo Illes, São Paulo é uma das cidades que mais recebe trabalhadores migrantes no Brasil. Segundo dados do abrigo emergencial houve a entrada de 2.249 imigrantes no ano de 2013. O município de São Paulo abriga imigrantes de diversas nacionalidades, o que leva a um grande desafio, pois esses imigrantes provêm de nacionalidades, realidades e status legais diferentes, que geram dificuldades para a administração das políticas. Ele oferece o exemplo da diferença com relação à documentação. Por exemplo, o imigrante sul-americano, pelos pactos do MERCOSUL entra no Brasil com o status diferente que o imigrante africano. Outro exemplo é o imigrante Haitiano, os quais por conta do status de refugiado têm proteção da resolução normativa 97. Contudo, todos os imigrantes encontram-se em situação de vulnerabilidade e estão sujeitos a serem vítimas de trabalho escravo dentre outras questões, e a diferença de status gera uma situação complexa nos abrigos.

O coordenador da CPMIg ressaltou programas como o Programa de fiscalização do trabalho escravo urbano. Os avanços na bancarização dos migrantes, que através de negociações com os bancos, esses passaram a aceitar o endereço da casa de acolhida como comprovante de residência para fins de abertura de conta corrente, o que facilita a contratação do imigrante. Foi realizada uma ação entre imigrantes, empresas e prefeitura para a contratação dos mesmos e também foi citada, além da legalização do trabalho de rua, como a venda de comida/artesanato pela cidade de São Paulo.

Os palestrantes do painel também levantaram problemas na legislação, desde a regularização do migrante até os Estatutos do refugiado e do estrangeiro. Como solução foi apontada a necessidade de uma política integrada para migração no Brasil.

Neste painel expositivo, um dos pontos relevantes foi à apresentação de um panorama prévio de medidas já mapeadas pela Prefeitura de São Paulo, para serem discutidas e aprofundadas nos grupos de trabalho, dividido nas seguintes esferas:

<u>Documentação</u>

- Garantir a emissão imediata das carteiras de trabalho (Particularidade Haitiana – vulnerabilidade de todos)
- Garantir a presença frequente dos órgãos federais (MTE, PF, Saúde, Receita, Caixa).
- Descentralizar serviços como CPF e Carteira de Trabalho.
- Fazer Multirões com os CATs na cidade de São Paulo para a emissão da carteira.

<u>Intermediação</u>

- Organizar um banco de dados a partir de um cadastro único de imigrantes administrado pelo CAT (combinando as vagas com o perfil).

- Organizar banco de ofertas a partir das necessidades das empresas no Brasil. Interfaces com a qualificação.

- Garantir atendimento em idiomas diferentes na contratação do migrante.

- Realizar a ação de intermediação entre imigrantes, empresas e prefeitura.

Qualificação

- Realizar um PRONATEC para migrantes.

- Curso de língua portuguesa.

- Parcerias com os setores privados para qualificação.

Proteção

- Fiscalização do trabalho análogo ao escravo.

- Ter cadastro do perfil das empresas

- Acompanhamento do MPT às empresas que contratam mão de obra migrante com o cuidado para que as empresas não tenham receio desse processo.

Grupos de Trabalho - Resultados

GRUPO 1 – DOCUMENTAÇÃO

Propostas:

1. Melhorar a qualidade da documentação referente ao registro civil do migrante no Brasil

2. Emitir a RNE definitiva de maneira imediata.

3. Requalificar o atendimento por parte dos agentes públicos, em especial a PF e bancos, por meio de sensibilização e capacitação idiomática.

4. Realizar cadastro de trabalhadores migrantes para fins profissionais e estabelecer parceria entre as instituições públicas (MTE, CAT, SINE, PRONATEC) com as instituições da sociedade civil que atuam no atendimento aos migrantes para o acesso dos mesmos aos programas existentes.

5. Descentralizar locais de emissão da carteira de trabalho.

6. Criação de página oficial explicando ao empregador como contratar um trabalhador migrante.

7. Propor redução de taxas relacionadas ao Acordo de Residência do MERCOSUL.

8. Adequar o sistema de gestão da informação da rede de ensino público para aceitar a inclusão de documentos dos migrantes (DNI) em conformidade com portaria específica.

9. Isenção das taxas referentes ao período de estadia irregular dos migrantes quando da sua regularização migratória.

GRUPO 2 – INTERMEDIAÇÃO

1. Trabalhar estratégias de fiscalização dos órgãos públicos para impedir a primeira abordagem do aliciador.

2. Realizar a padronização das informações a serem prestadas ao migrante sobre direitos e trabalho nas diferentes organizações, quando da sua chegada.

3. Criar um cadastro único do trabalhador migrante. Realizar a padronização dos tipos de perguntas e informações e disponibilizar entre todas as organizações para a inserção do migrante no mercado de trabalho. Encaminhamento - Sugerir para a Secretaria do Trabalho o encontro dessas instituições que trabalham com o migrante para a criação desse cadastro, de acordo com as etapas/questões sugeridas abaixo:

   a. Necessidade de documentação mínima para a inserção nesse cadastro.

   b. Informação de como adquirir essa documentação mínima.

   c. Pensar uma estrutura desse cadastro – quem irá centralizar? Como?

d. Onde encontrar esse migrante?

e. Pensar no processo ético da divulgação desses dados.

f. Ver a experiência do sistema da Cáritas

4. Ação coordenada com as empresas como uma "Campanha de sensibilização" para a inserção do migrante no mercado de trabalho.

a. Levar em consideração a questão da separação familiar.

5. Cadastro das vagas dos Empregadores (A Secretaria do Trabalho já compilar essas vagas, que é possível de visualização se todos estiverem no SINE). Para tanto, há a necessidade de pensar um projeto para o cruzamento dessas informações e adequar o SINE para cadastro de migrantes. Observa-se que é necessária à alteração de legislação que regulamenta o SINE para que isso aconteça.

GRUPO 3 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Diagnóstico:

Atores

- CESPROM (Centro Scalabriniano de Promoção do Migrante) - Parceria SENAC/SENAI
- CAT (Prefeitura)
- SASECOP - parceria com a prefeitura

- SENAC
- SENAI
- SEBRAE
- PRONATEC - idioma português
    - Principais cursos: pintor, cabeleireiro, padeiro, copeiro hospitalar.
- CARITAS - curso de português
- SUPERINTENDÊNCIA

Foram apontadas algumas limitações no atendimento aos imigrantes atualmente:

Limitações do Protocolo

- Atividades isoladas e realizadas pela sociedade civil
- Iniciativas são voltadas ao imigrante trabalhador individualmente
- Foco centrado no ensino do idioma português
- Falta de compreensão da cultura dos imigrantes
- O caráter de "temporalidade" da migração dificulta a capacitação.
- SEBRAE: falta entender a realidade cotidiana dos imigrantes, quer transpor a experiência brasileira para os imigrantes.
- Cursos profissionalizantes para profissionais qualificados (RNE).
- Falta de treinamento intercultural (capacitação intercultural).
- Dificuldade de reconhecimento de diplomas de migrantes qualificados.

Propostas:

1. Promover capacitação profissional e de empreendedorismo (de acordo com o perfil do imigrante) que sejam adequados às várias culturas, necessidades especiais, faixa etária, gênero, condição familiar, entre outros.

2. Desburocratização da validação de diplomas universitários e documentos escolares;

3. Sistematização e ampla divulgação dos cursos existentes (português e profissionalizante).

4. Promover outras formas de capacitação. Por exemplo ex:

programas de rádios comunitárias, cooperativas, incubadoras e mentorado.

5. Cursos de português ministrados nas próprias associações de migrantes.

6. Ampliar a utilização do PRONATEC.

GRUPO 04 – PROTEÇÃO

Diagnóstico:

- Brasil não é signatário da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**.**
- Identificar maneiras de evitar que o trabalhador migrante se torne trabalhador escravizado.
- Identificar maneiras de garantir junto aos empregadores o cumprimento da jornada de trabalho estipulada em lei.
- Como garantir os direitos? Como impedir que os empregadores cerceassem arbitrariamente direitos e incorram em faltas como:
    - Não efetuar pagamento.
    - Demora do registro de trabalho do trabalhador migrante.
    - Fraude na contratação.
    - Assédio Moral (Coerção, xenofobia, etc.).

Entender discriminação racial e de gênero como fatores adicionais e independentes (usando a experiência das políticas públicas que enfrentam os temas).

- Falta de dados. Qual setor da economia mais contrata? Qual setor apresenta mais denúncias de problemas? Quais nacionalidades?
- Intermediação de mão de obra feita com vistas na garantia dos direitos trabalhistas (humanos).
    - Albergues - Como lidar com a contratação informal (irregular).
- O imigrante possui poucas fontes de informação a respeito dos seus direitos e/ou a dificuldade de acessar informações a partir da dificuldade da língua, por exemplo.
- Como levar a cabo fiscalização que consiga identificar e diferenciar as oficinas (por exemplo) que escravizam sistematicamente trabalhadores das oficinas que enfrentam situação precária por falta de recursos e dificuldades de sobrevivência típicas do mercado. Como encontrar novos mecanismos de fiscalização capazes dessa diferenciação (Caráter de diálogo, pedagógico, de orientação, de conscientização - e não de pura repressão). Com vistas à regulamentação.

Propostas:

1. Incidir junto ao governo e ao congresso brasileiro e pressionar pela ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

2. Criar curso de curta duração sobre orientação de direitos e deveres dos imigrantes e dos empregadores, visando, entre outros objetivos, a sensibilização dos empregadores em relação aos direitos dos trabalhadores migrantes.

3. Aumentar o contingente de ficais do trabalho e melhorar as estruturas disponibilizadas a esses fiscais.

4. Estabelecer políticas públicas federais que determinem diretrizes e balizem sua aplicação e a atuação na área migratória de forma padronizada pelos municípios e estados da federação.

5. Formular novos mecanismos de fiscalização que não se baseiem puramente na repressão, mas em pressupostos pedagógicos, de orientação e

conscientização (sobretudo em relação aos empregadores), que se desenvolvam de forma a permitir o diálogo com vistas à regulamentação das situações analisadas.

6. Possibilitar que o PRONATEC para imigrantes não trate apenas da língua portuguesa, mas também capacite em termos de direitos (trabalhistas, de cidadania, etc.). Uma alternativa a essa proposta seria a criação de ciclo de palestras (ou oficinas) com o mesmo objetivo.

7. Elaborar cartilhas em diferentes línguas, visando tanto empregadores brasileiros e estrangeiros quanto trabalhadores, informando a respeito de direitos, mecanismos de denúncia, serviços disponíveis. Vincular a entrega dessas cartilhas ao ato de entrega da carteira de trabalho.

Sugestões para futuras oficinas

A oficina realizou com êxito a compilação de diversos diagnósticos, propostas e alguns encaminhamentos necessários para o avanço das políticas públicas voltadas para os imigrantes. A participação qualificada de algumas entidades não governamentais, assim como, a grande experiência da cidade de São Paulo, que trabalham há muitos anos com a temática foi fundamental para os avanços obtidos na oficina. Contudo, observamos que há necessidade de ajustes na metodologia da oficina para avançar mais profundamente na discussão e encaminhamentos efetivos com relação aos protocolos de atendimento. Desse modo, para que futuras oficinas atinjam resultados mais concretos é importante:

1. Identificação prévia de facilitadores qualificados na temática,
2. Grupos menores a partir das temáticas, acompanhados por um facilitador conhecedor do tema tratado,
3. Metodologia dos grupos de trabalho previamente desenhada e disseminada, assim, é possível qualificar as intervenções e aprofundar os temas da discussão.
4. Elaboração de documento prévio, com a sistematização e/ou modelo de documento desenhado a partir de visitas a órgãos/entidades que trabalham com o tema. Assim é possível trabalhar com um documento já previamente organizado.
5. Destinar mais tempo para os grupos de trabalho

Por fim, a oficina trouxe uma quantidade importante de encaminhamentos a serem enviados às entidades responsáveis e foi extremamente importante para o início da construção de um protocolo.